

**XIII Congresso Brasileiro de História Econômica e  
14ª Conferência Internacional de História de Empresas**

**Criciúma, 24, 25 e 26 de setembro de 2019**



**O GOVERNO VARGAS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE  
ENSINO DE HISTÓRIA ATUAIS**

**Rayane Layra de Souza**

**João Henrique Zanelatto**

## O GOVERNO VARGAS E AS RELAÇÕES DE TRABALHO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE ENSINO DE HISTÓRIA ATUAIS

Rayane Layra de Souza<sup>1</sup>

João Henrique Zanelatto<sup>2</sup>

### RESUMO

Segunda República (1930 – 1945) é apresentada de diferentes maneiras pela historiografia, pois, existem estudos que demonstram como o governo de Vargas utilizou-se da legislação trabalhista para a construção de uma imagem de líder paternalista com o objetivo de manter o domínio sobre os trabalhadores e que não leva em conta o processo de organização trabalhista emergente antes mesmo do governo Vargas, bem como há aqueles que consideram a legislação trabalhista e outras medidas como uma concessão feita pelo Estado e pelos setores dominantes aos trabalhadores. Desse modo, a presente pesquisa objetivou analisar como as relações de trabalho são apresentadas nos livros didáticos de história (atuais) utilizados pelos professores de história das escolas públicas municipais e estaduais brasileiras. Tendo em vista que nos últimos 20 anos vem ocorrendo a distribuição de livros por meio de uma política de Estado, que ocasionou o surgimento de um mercado editorial extremamente rentável. Mercado, disputado por várias editoras, pois a cada três anos os livros são substituídos por novos e são os professores que de modo geral escolhem os livros a serem utilizados no triênio seguinte. Dessa forma, o estudo fundamentou-se na Renovada História Política e na História do Trabalho, elegendo como fontes de pesquisa a produção bibliográfica sobre o período e a análise de 08 livros didáticos utilizados pelos professores de história das escolas públicas municipais e estaduais em todo o território nacional no triênio 2017-2019. Buscou-se analisar como os trabalhadores no período de 1930 -1945, (Segunda República), foram apresentados nesses livros.

Palavras chaves: Relações de trabalho, Governo Vargas, Livros didáticos.

---

<sup>1</sup> Universidade do Extremo Sul Catarinense.

<sup>2</sup> Universidade do Extremo Sul Catarinense.

O período de (1930 a 1945) conhecido em boa parte da historiografia como a “Era Vargas”, mas tratado nesse escrito de Segunda República, foi marcado por grandes instabilidades e mudanças em diversos setores do país. Mesmo o Brasil ainda sendo essencialmente rural, este período ficou conhecido por ter passado por um processo de desenvolvimento com a urbanização e a industrialização, que oportunizaram a criação de mais vagas de trabalho, mas que nem sempre ofereceram as condições básicas para satisfazer as necessidades dos trabalhadores, lavando a intensa organização dos trabalhadores, que reivindicavam melhores salários e condições de trabalho. Uma das estratégias de Vargas foi a articulação do populismo e do paternalismo para se aproximar e controlar os trabalhadores e desta maneira foi construindo uma imagem positivada de si e de seu governo, imagem reproduzida muitas vezes na Historiografia.

Na historiografia de modo geral esse período é abordado em três momentos: o primeiro, (1930 – 1934), conhecido como Governo Provisório, que se constituiu após a dita “revolução de 1930”. O segundo, Governo Constitucional 1934 – 1937 foi o curto período em que Vargas governou respeitando a Constituição promulgada em 1934. E o terceiro período, 1937 - 1945 conhecido como “Estado Novo” é considerado o período mais autoritário. Segundo Gomes, (2005, p. 127) por meio de uma imagem positivada Vargas era e é visto por uma parcela da historiografia como o presidente dos trabalhadores, utilizando-se dos meios de comunicação e principalmente do programa Hora do Brasil para construir uma ponte entre seu governo e os trabalhadores. Essa representação, contribuiu significativamente para positivar sua imagem e sua permanência no poder, serviu como alicerce para sua política populista, pois criava a perspectiva de que o povo deveria se sentir no dever com seu país e principalmente com o seu governo, promovendo assim um ideal de nacionalista.

Portanto durante a Segunda República ocorreram mudanças significativas na organização sociopolítica brasileira e forte organização trabalhadores. Em decorrência de todo esse processo, existem na historiografia diferentes estudos sobre esse período. Nelas podemos encontrar uma produção historiográfica que aborda a Legislação Trabalhista como uma conquista dos trabalhadores, decorrente de uma luta que vinha sendo travada muito antes do Governo Vargas, porém, existem os que consideram a Legislação Trabalhista uma concessão dos setores dominantes e do Estado (Vargas) aos trabalhadores, contribuindo para a imagem paternalista criada sobre o governo de Vargas e para a manutenção da invisibilidade sobre o longo processo de luta e organização trabalhista que vinham ocorrendo. Diante disso, nos

propomos a questionar de que maneira os trabalhadores são apresentados nos livros didáticos de história atuais.

O presente estudo se baseou na Renovada História Política e na história social do trabalho. Fundamentando-se nas discussões produzidas por E. P. Thompson, em especial nos conceitos de classe, luta de classe e experiência, discutidos principalmente nas obras a “Formação da classe operária inglesa” e a “Miséria da Teoria.” Para fazer as reflexões sobre a Segunda República, a presente pesquisa fundamentou-se nos estudos de Ângela de Castro Gomes, em especial na obra “Invenção do trabalhismo”, na qual a autora aborda as relações sociopolíticas da classe trabalhadora e a construção da imagem e do poder do Governo Vargas. Para compreender as dificuldades que permeiam a pesquisa sobre os livros didáticos e buscando bases para analisar desses materiais de uma forma mais adequada e direcionada para o estudo desse tipo de fonte, foram utilizadas as reflexões de Circe Bitencour na obra “Ensino de História: Fundamentos e métodos”, na qual a autora trata dos processos de ensino-aprendizagem em história levantando problemáticas acerca dos materiais didáticos, bem como os processos que permeiam a escolha e utilização dos mesmos. Para desenvolver essa pesquisa foram feitas análises de 5 livros didáticos, considerando 3 pontos principais: a) os aspectos formais, b) conteúdos históricos escolares, c) conteúdos pedagógicos.

A organização dos trabalhadores durante a Primeira República foi se constituindo por meio do mutualismo, de associações e cooperativas que tiveram um papel significativo, pois muitas vezes oportunizaram aos trabalhadores formas de assistência e até mesmo de resistência em alguns casos, contra os abusos sofridos. Posteriormente os trabalhadores foram criando seus Sindicatos que passaram a articular a luta por direitos. Esse processo de organização dos trabalhadores foi crescendo permanecendo forte na década de 1930, mesmo com a instalação de um regime autoritário que buscou incessantemente controlá-lo.

Segundo Gomes (1995), a legislação trabalhista e as diversas leis criadas nesse período configuraram-se como uma forma tanto de controle quanto de articulação política e financeira por parte do governo Vargas, produzindo uma nova estruturação sobre as organizações trabalhistas já configuradas antes mesmo do Estado Novo, com a oficialização dos sindicatos (Lei de Sindicalização), junto com os benefícios oferecidos pelo estado para aqueles que abandonassem os antigos moldes e submetessem ao controle do Estado, forçaram diversas dessas organizações se adaptarem a proposta do governo.

Portanto, por mais que esse período represente um avanço nos direitos trabalhistas, não podemos deixar de perceber o caminho que foi percorrido antes mesmo dessas medidas serem tomadas. São diversos os pontos de vista sobre esse período que são muitas vezes silenciados pela historiografia. Buscamos assim identificar nos livros didáticos essas visões sobre esse período, analisando como estão/foram representados os trabalhadores. Os livros escolhidos para serem usados como fontes para essa pesquisa são os seguintes: *História: Projeto Mosaico*, do 9º ano do ensino fundamental II, escrito pelos Historiadores Cláudio Vicentino e José Bruno Vicentino, publicado pela editora Scpione; *História, Sociedade e Cidadania*, do 9º ano do ensino fundamental II, escrito por Alfredo Boulos Júnior, publicado pela editora FTD; *Coleção Integralis*, do 9º ano do ensino fundamental escrito por Pedro Santiago, Maria Aparecida Pontes e Célia Cerqueira, produzido pela editora IBEP; *Projeto Araribá*, do 9º ano do ensino fundamental II, que tem como editora responsável Maria Raquel Apolinário, escrito e publicado de forma coletiva em parceria com a Editora Moderna; *História Doc* do 9º ano do ensino fundamental II, foi escrito pelos historiadores Sheila de Castro Faria, Jorge Ferreira e Daniela Buono Calainho e publicado pela editora Saraiva; *Historiar* do 9º ano do ensino fundamental II, foi escrito pelos historiadores Gilberto Cotrim e Jaime Rodrigues, e publicado pela editora Saraiva; *Piatã* do 9º ano do ensino fundamental II, foi escrito pela Historiadora Vanise Maria Ribeiro e pela cientista política Carla Maria Junho Anastasia, publicado pela editora Positivo; *Vontade de saber*, do 9º do ensino Fundamental II, foi escrito pelos historiadores, Marco César Pellegrini, Adriana Machado Dias e Keila Grinberg e publicado pela editora FTD.

Esses livros didáticos estão sendo utilizados pelos professores de história das escolas públicas municipais e estaduais brasileiras. Nos livros analisados foram encontradas diferentes versões e dentre elas então as que retratam como o governo de Vargas buscou construir uma imagem de si como um grande líder na busca por melhorias na vida dos trabalhadores, mas com o objetivo de manter o domínio sobre os mesmos, construindo a política paternalista por meio da censura e da propaganda na construção da imagem de “pai dos pobres”. Outra narrativa que foi possível observar é aquela que enaltece a imagem de Vargas e que considera legislação trabalhista e outras medidas como uma concessão feita pelo Estado e pelos setores dominantes aos trabalhadores, mas sem enfatizar os anos de luta e organização dos trabalhadores que vinham ocorrendo antes mesmo de Vargas chegar ao poder. Outra narrativa encontrada nos livros didáticos evidenciou que a legislação trabalhista foi uma conquista dos trabalhadores

que se articularam de diversas formas como nas associações mutualísticas e nos sindicatos independentes que oportunizaram diversas ações para a melhoria da vida dos trabalhadores, e que assim resistiram e pressionaram o Estado e os setores dominantes.

Na análise dos livros ficou evidenciado que mesmo de forma sucinta os autores discutam os trabalhadores e suas lutas. Foi possível perceber um afastamento da organização dos trabalhadores como foco central das narrativas, na maioria dos livros os trabalhadores são colocados como coadjuvantes ao serem apresentados nas tensões e conflitos socioeconômicos que permearam o Governo de Vargas. Por mais que se possa perceber uma tentativa de afastamento da história que faz uma apologia a Vargas e seu governo, essa narrativa ainda permanece intrinsecamente dentro dos textos, ou seja nos capítulos dos livros didáticos que abordam o período. Portanto a história dos trabalhadores e suas lutas ainda ficam ofuscadas nos livros didáticos e, portanto, na história do ensino fundamental, a narrativa evidenciada é a de Vargas como a grande “pai dos pobres”. Cabe aos professores de história problematizar essa narrativa.

### Referências

- APOLINÁRIO, Maria Raquel. **Projeto Araribá, 9. ano.** 4 ed. São Paulo. Moderna: 2014.
- BARISTELA, Alessandro. A Era Vargas e o movimento operário e sindical brasileiro, (1930-1945). **UNOESC & Ciência – ACHS**, Joaçaba, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2015.
- BENTO, Luiz Carlos. **Livro didático e historiografia:** Um debate acerca do conceito de História produzido pelos livros didáticos, entre 2001 e 2005. Disponível em: <<http://www.nee.ueg.br/seer/index.php/interfaces/article/viewFile/58/85>. s/d.>. Acesso em: 16 jul. 2018.
- BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História:** fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.
- BOITO JÚNIOR, A. **O Sindicalismo de Estado no Brasil:** uma análise crítica da estrutura sindical. São Paulo: HUCITEC, 1991.
- \_\_\_\_\_. **História sociedade e cidadania, 9º ano.** 3 ed. São Paulo: FDT, 2015.
- BURKE, Peter. A nova história, seu passado e seu futuro. *In:* Peter Burke (org.). **A escrita da História:** novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- COTRIM, Gilberto, RODRIGUES, Jaime. **Historiar, 9º ano.** 2. ed. São Paulo. Saraiva, 2015.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GOMES, Ângela de Castro Gomes. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

MIRANDA, Sonia Regina; LUCA, Tania Regina de. O livro didático de história hoje: um panorama a partir do PNLD. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, n. 48, p.126-144, jan. 2014.

PELLEGRINI, Marcos César, DIAS, Adriana Machado, GRINBERG, Keila. **Vontade de Saber, 9º ano**. 3.ed. São Paulo. FDT, 2015.

PONTES, Maria Aparecida; CERQUEIRA, Célia; SANTIAGO, Pedro. **Integralis história, 9º ano**. 1 ed. São Paulo: IBEP, 2015.

RIBEIRO, Vanise Maria, ANASTASIA, Carla M. Junho. **Piatã, 9ºano**. 1.ed. Curitiba. Positivo, 2015.

SIQUEIRA, Gustavo Silveira. Experiências de greve no Estado Novo. **Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 06, n. 11, p.226-253, mar. 2015.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Volume I, II e III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. **A Miséria da teoria: Ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VAINFAS, Ronaldo; FARIAS, Sheila de Castro; FERREIRA, Jorge; CALAINHO, Daniela Buono. **História Doc 9 ano**. 1 ed. São Paulo, Saraiva, 2015.

VICENTINO, Cláudio; VICENTINO, José Bruno. **Projeto Mosaico: História: anos finais: ensino fundamental**. 1 ed. São Paulo: Scipione, 2015.